

## Plenário aprova quatro medidas provisórias



As regras para adaptação dos planos de saúde à nova legislação que regula o setor estão em uma das quatro medidas provisórias aprovadas pelo Plenário. As outras tratam da criação do Instituto Nacional do Semi-Árido, da doação de vacinas contra febre aftosa para o gado da Bolívia e do Programa de Arrendamento Residencial.

**VOTAÇÃO** O senador Ney Suassuna (em pé) dá parecer favorável à medida provisória que trata da adaptação dos planos de saúde

Página 3

## Senadores retomam hoje o exame da reforma do Judiciário

Depois de analisar 47 dos 165 destaques apresentados, Comissão de Justiça interrompe votação devido ao início da ordem do dia no Plenário. Na essência, relatório de José Jorge vem sendo mantido



Fotos: J. Freitas

**DESTAQUES** Na comissão, senadores discutem cada uma das 165 emendas colocadas em votação depois de receber parecer do relator José Jorge (à direita, na mesa, com o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, e o senador Edison Lobão)

Página 4

### CPI debate leis para coibir tráfico e violência sexual

A CPI que investiga violência e exploração sexual de crianças e adolescentes recebe contribuições que grupo de trabalho, criado no âmbito do Ministério da Justiça, formulou nos últimos seis meses para fechar brechas legais que dificultam o combate a esses crimes.

Página 7

Papaléo alerta para o perigo de lixões próximos a aeroportos

Página 8

### BNDES discute com senadores apoio à mídia

O vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Darc Costa, comprometeu-se a enviar à Comissão de Educação proposta de financiamento das empresas do setor de comunicação, debatida pelo colegiado em audiência pública.

Página 6



**EQUILÍBRIO** Para Luiz Otávio, medida irá garantir proteção ambiental e uso da terra

## Luiz Otávio pede regularização fundiária de floresta no Pará

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) voltou a pedir a imediata regularização fundiária das terras que fazem parte da Floresta Nacional de Tapajós, no estado do Pará. Segundo ele, esse é o caminho para o equilíbrio entre a proteção do meio ambiente e o uso da terra para fins produtivos.

Luiz Otávio informou que as áreas que compõem a floresta pertencem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ao Instituto de Terras do Pará, situação que, lembrou, vem causando problemas para os moradores da região. Além disso, salientou ele, há a existência de constantes conflitos entre ambientalistas e empreendedores.

Apesar do problema, salientou Luiz Otávio, a Floresta Nacional de Tapajós, que completou 30 anos de criação em fevereiro, está sendo palco de projetos relevantes, como o ProManejo, que envolve o fortalecimento da organização comunitária, práticas do ecoturismo, educação ambiental e ações de vigilância da região.

# Agenda

## Sessão plenária examina medidas provisórias

Continua na sessão de hoje, às 14h30, o exame das medidas provisórias e projetos de conversão que trancam a pauta do Plenário. Entre as propostas que devem ser votadas está a MP 152/03, que altera o artigo 47 da Lei 9.636/98, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e

alienação de bens imóveis da União. Também serão analisados o PLV 14/04, que institui a taxa de avaliação *in loco* das instituições de educação superior e dos cursos de graduação; e o PLV 16/04, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a fornecer medicamentos, mediante ressarcimento.

## Reunião administrativa da CPI do Banestado

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado realiza hoje, às 15h, reunião administrativa para definição do calendário de audiências públicas. O colegiado, instalado em junho do ano passado, apura o envio ilegal de dólares ao exterior por meio de contas CC-5, com base em denúncias veiculadas pela imprensa e investigadas pela Polícia Federal entre 1996 e 2002.

## Henrique Meirelles debate política econômica na CAE

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, participa hoje de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h. Ele fala sobre o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a



política econômica e as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom). Meirelles também deve discutir os meios para expansão da economia, para o crescimento do emprego e a melhoria da distribuição da renda.

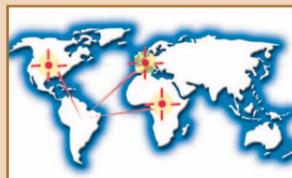


## Comissão de Orçamento discute relatório ao PPA

O relatório do senador Sibá Machado (PT-AC) ao Plano Plurianual 2004-2007, apresentado no dia 2 deste mês, continua na pauta da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que se reúne hoje, às 10h. A votação da proposta foi adiada diversas vezes por falta de acordo com relação ao contingenciamento de recursos, que impôs cortes de R\$ 3,2 bilhões aos investimentos orçados para este ano.

## CRE vota acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) vota hoje, às 9h, três projetos de decreto legislativo que aprovam textos de acordos internacionais: com os Estados Unidos, para a cooperação entre as administrações aduaneiras; com a Espanha, para a prevenção do consumo e controle do tráfico de drogas; além de texto que aprova modificação do convênio do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD).



## Paraolimpíadas na TV Senado

O senador Flávio Arns (PT-RS), presidente da Subcomissão de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, e o presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Vital Severino, são os convidados de hoje do programa *Cidadania*, exibido pela TV Senado às 19h30. Eles falam sobre as Paraolimpíadas.

## Atendimento ao cidadão

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações gratuitas, de todo o território nacional, pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. A Câmara também oferece o atendimento, pelo número 0800 619619. As dúvidas e reclamações são encaminhadas aos órgãos de competência.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



**ATRASSO** Direitos assegurados pela lei ainda não são cumpridos, afirma Augusto Botelho

## Augusto cobra regulamentação do Estatuto do Idoso

Para surtir efeitos positivos para a sociedade, o Estatuto do Idoso deve ter vários de seus dispositivos regulamentados urgentemente, defendeu o senador Augusto Botelho (PDT-RR). Ao fazer análise das ações do governo em relação à terceira idade, o parlamentar disse que falta ao Brasil a cultura de "um verdadeiro serviço público voltado ao atendimento da população e das necessidades próprias de grupos específicos", caso dos idosos.

Augusto citou itens do estatuto, que entrou em vigor no fim do ano passado, que necessitariam de regulamentação. Um deles é o artigo 15, que assegura atendimento especializado aos idosos portadores de deficiência. Segundo o senador, essa deve ser uma iniciativa do Ministério da Saúde, apontado pelo parlamentar como uma das áreas do governo com o maior número de novas atribuições criadas pela lei.

Para o senador, o artigo 21, que trata do acesso à educação para os idosos, e o artigo 23, garantindo desconto de 50% no valor dos ingressos para espetáculos culturais, esportivos e de lazer, são medidas de grande alcance social, mas que dependem de normas legais.

– Carece igualmente de regulamentação o artigo 28, que atribui ao poder público o dever de criar programas de profissionalização dos idosos e de estímulo às empresas para que contratem a clientela da terceira idade – explicou Augusto.

Na geração de empregos, o senador lembrou que uma das responsabilidades do Ministério do Trabalho é assegurar que os idosos não sejam vítimas de discriminação no mercado, registrando que desconhece programa com essa finalidade.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF  
CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Plenário aprova quatro medidas provisórias

O Plenário do Senado aprovou ontem quatro das 13 medidas provisórias que estavam trancando a pauta de votações.

Uma das MPs autoriza a Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS) a fixar normas e incentivos para que os planos contratados antes de 1999 se adaptem à Lei dos Planos de Saúde.

A instituição do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), tema de outra medida



Fotos: Roosevelt Pinheiro

aprovada, beneficia a população de baixa renda.

A doação à Bolívia de vacinas contra a febre aftosa é autorizada nos casos de iminência comprovada de risco sanitário para a pecuária brasileira.

Foi acolhido ainda projeto de conversão da MP que cria o Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa), fomentador do desenvolvimento do Nordeste.

## Aprovado órgão para desenvolver o semi-árido

O Senado aprovou ontem projeto de lei de conversão (PLV 13/04) criando o Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa), que funcionará como um fomentador para o desenvolvimento científico e tecnológico do Nordeste, nas áreas de pesquisa de alimentos, melhoria do solo e adequação para o convívio com a seca.



José Maranhão diz que matéria atende antiga reivindicação

O projeto teve origem na MP 151/03 e agora vai à sanção presidencial.

O Insa será uma unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia e funcionará em Campina Grande (PB). Entre seus objetivos, está

o de promover a integração dos pólos socioeconômicos e ecossistemas estratégicos da região do semi-árido brasileiro, bem como realizar, executar e divulgar estudos e pesquisas para o desenvolvimento sustentável daquela região.

O relator da matéria, senador José Maranhão (PMDB-PB), afirmou que não fazia nenhuma restrição à aprovação da matéria. Maranhão disse que a edição dessa medida provisória atendeu à antiga reivindicação da região do semi-árido – ecossistema sempre associado à seca e à pobreza.

## ANS facilita adaptação de antigos planos de saúde

A Medida Provisória 148/03 autoriza a Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS) a fixar normas e incentivos para que os planos de saúde contratados antes de 2 de janeiro de 1999 se adaptem à Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656, de 3 de junho de 1998). A aprovação foi feita em votação simbólica, por unanimidade, com apenas um voto contrário, da senadora Heloísa Helena (sem partido-AL).

O relator-revisor da medida provisória, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), explicou que o governo teve de baixar a medida provisória depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucionais alguns dispositivos da Lei dos Planos de Saúde, na parte que se referia aos antigos

contratos.

A idéia central da proposta é levar a ANS a coordenar programas de migração em massa dos contratos antigos para a nova legislação, por meio de incentivos.

– A migração em massa é menos onerosa do que a adaptação individual, caso a caso, pois, entre outras vantagens, há uma diluição do risco. Esse fato, por si só, já poderá representar significativo estímulo à migração – afirmou o senador Ney Suassuna.

O usuário que quiser mudar de plano acabará arcando com novos custos, pois a Lei dos Planos de Saúde introduziu cobertura assistencial mais ampla, inclusive para doenças preexistentes, preços por faixas etárias e novas carências.

## Modificado, programa de arrendamento vai à sanção

Foi acolhido ontem projeto de lei de conversão (PLV 12/04) que institui o Programa de Arrendamento Residencial (PAR). O programa oferece habitação à população de baixa renda, utilizando-se do arrendamento com opção de compra do imóvel. O PLV, que teve parecer favorável da senadora Fátima Cleide (PT-RO), modifica o limite total para aquisição de imóveis e transfere para o Ministério das Cidades a responsabilidade de gerenciar o programa. A matéria vai à sanção do presidente da República. Seguem na pauta do Plenário, trancando as votações, mais nove medidas provisórias.

Durante o debate, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) classificou o PLV de “inteligentíssimo”, por manter o programa sob o controle operacional da Caixa Econômica Federal e transferir “a gestão política” ao Ministério das Cidades, que, a seu ver, terá mais interesse em atender à população de baixa renda. Para Crivella, o programa irá gerar empregos e movimentar a economia.



CONTROLE Fátima Cleide explica modificações no programa habitacional

## Governo autorizado a doar vacinas à Bolívia

O Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória (MP 149/03) que autoriza a doação, pelo governo brasileiro, de vacinas contra febre aftosa para o gado da Bolívia, nos casos de iminência comprovada de risco sanitário para a pecuária brasileira. Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre, que são estados criadores de gado de corte e têm certificado de “zona livre de aftosa com vacinação”, fazem fronteira com a Bolívia. O relator, senador Papaléo Paes (PMDB-AP), afirmou que a MP “não tem qualquer vício” e atende aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância. A matéria vai à promulgação.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a MP tem duplo alcance, por se tratar de

um “ato de solidariedade” com o país vizinho e por defender o gado brasileiro de eventual contaminação com aftosa, pela proximidade com o gado da Bolívia, que atualmente não recebe vacinação contra a doença.

– A MP soma eficiência e solidariedade – ressaltou Suplicy.

O senador Tião Viana (PT-AC) salientou que a medida é necessária e estratégica para a pecuária. Osmar Dias (PDT-PR) observou que, das 13 medidas provisórias em pauta, a MP 149 era uma “das únicas que justificam a urgência”.

– Ou se faz a vacinação no gado da Bolívia agora, ou não se poderá fazer depois – avisou.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), assinalou que seu partido considera a medida acertada.

## Senadores reclamam atenção para a pecuária

Durante a discussão da medida provisória (MP 149/03) que autoriza o governo brasileiro a doar para a Bolívia vacinas contra a febre aftosa nos casos de comprovada ameaça de contaminação para a pecuária brasileira, vários senadores lembraram que a pecuária dos estados nordestinos não recebe a mesma atenção.

Heloísa Helena (sem partido-AL) anunciou seu voto favorável à MP, destacando a extensão da fronteira do Brasil com a Bolívia e a necessidade de manter uma zona livre da aftosa no país. Ela apontou, porém, a “falta de monitoramento” da pecuária no Norte e no Nordeste.

– No Nordeste não são aplicadas medidas sanitárias necessárias – afirmou.

Para o senador José Agripino (PFL-RN), que também votou pela aprovação da MP, o governo deveria colocar em prática o dito popular “Mateus, primeiro os teus” para combater a aftosa. Mão Santa (PMDB-PI) elogiou a fala de Agripino e pediu mais verbas para a fiscalização agropecuária. De acordo com Sérgio Guerra (PSDB-PE), no Nordeste a pecuária é uma atividade de subsistência e, por isso mesmo, não tem atenção do governo.

O senador César Borges (PFL-BA) contou que, ao governar a Bahia, impediu a entrada de gado de outros estados nordestinos e conseguiu erradicar a aftosa, com a ajuda do governo, que já não repassa recursos para enfrentar a doença.

# Reforma do Judiciário: votação continua hoje

■ CCJ deve concluir nesta quinta-feira a análise dos destaques à proposta de emenda constitucional

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve concluir hoje a votação dos destaques à reforma do Judiciário (PEC 29/00), em reunião às 10h. A análise dos destaques começou ontem e foi interrompida devido às votações em Plenário. Já haviam sido votados 47 destaques dos 165 apresentados – com a manutenção, em essência, do relatório do senador José Jorge (PFL-PE). Três destaques foram aceitos



**DEBATE** Edison Lobão, entre José Jorge e o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, preside reunião da Comissão de Justiça

pela comissão.

Foi mantida, por exemplo, a quarentena de três anos para que juízes e procuradores apo-

sentados voltem a advogar nos foros em que atuaram antes da aposentadoria.

O relator, com apoio da mai-

oria da comissão, aprovou a extinção dos tribunais de alçada nos estados e a extensão aos membros do Ministério Público dos direitos assegurados aos magistrados. O ponto mais polêmico, o Conselho Nacional de Justiça, composto por representantes da sociedade para o controle externo do Judiciário, por enquanto está mantido.

José Jorge conservou o texto da reforma do Judiciário já aprovado pela Câmara em seus aspectos básicos. Fica preservada, por exemplo, a súmula vinculante para o Supremo Tribunal Federal (STF). Com o instrumento, juízes de instâncias inferiores não poderão julgar de forma diferente da realizada pelo STF com o voto de mais de dois ter-

ços da corte.

Para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST), José Jorge propõe a súmula impeditiva de recursos. Editada pelos dois tribunais após decisão tomada por dois terços de seus membros, a súmula proíbe a apresentação de recurso judicial caso o magistrado julgue de maneira similar às decisões do STJ e TST. Se o juiz tiver opinião diferente, as partes envolvidas na ação judicial poderão recorrer.

Foram mantidas também a proibição de contratação de parentes de magistrados e membros do Ministério Público sem concurso e a federalização dos crimes contra direitos humanos.

## Destaques analisados ontem pela Comissão de Justiça

### APROVADOS

#### Fim dos Tribunais de Alçada

Com o apoio do relator, os senadores da CCJ alteraram o relatório original ao aprovar destaque de Demostenes Torres (PFL-GO) mantendo dispositivo do texto da Câmara que prevê extinção dos Tribunais de Alçada nos estados. Aloizio Mercadante (PT-SP), Jefferson Péres (PDT-AM), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Fernando Bezerra (PTB-RN) e Alvaro Dias (PSDB-PR) – autor de destaque similar – destacaram a importância da medida. Hoje, esses órgãos só existem no Paraná, Minas Gerais e São Paulo. O texto determina que os atuais membros dos Tribunais de Alçada devem ser incorporados pelos Tribunais de Justiça estaduais.

#### Carreira do MP

A extensão aos membros do Ministério Público de direitos assegurados na Constituição para magistrados foi assegurada por outro destaque de Demostenes. José Jorge disse ter concordado inicialmente com a correspondência de apenas dois itens entre as duas carreiras para evitar que outras categorias reivindicassem situação semelhante.

O líder do governo também apoiou a alteração dizendo ter sido convencido pelo procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, presente à reunião da Comissão de Justiça, de que isso não implicará demandas salariais e administrativas por parte dos membros do MP.

#### Autonomia orçamentária das procuradorias

Outro destaque aprovado, de iniciativa de Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), retira as procuradorias estaduais e do Distrito Federal da lista de órgãos que fazem jus a repasses automáticos de orçamento a cada

mês. José Jorge apoiou a mudança no seu relatório.

### REJEITADOS

#### Composição dos TREs

O destaque de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que visava manter a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) no texto da Constituição foi rejeitado pelos senadores da CCJ. Azeredo não queria a troca de um desembargador por um juiz federal na composição dos TREs, conforme propõe o texto do relator.

A proposta foi alvo da maior parte dos debates na reunião de ontem da comissão. José Maranhão (PMDB-PB) se opôs ao destaque, por acreditar que é preciso reduzir a interferência política nas eleições estaduais. Mozarildo e Demostenes Torres refutaram “preconceitos” em relação aos juízes estaduais. Jefferson Péres, Pedro Simon (PMDB-RS) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defenderam a substituição de um advogado por um juiz federal na composição dos TREs.

#### Quarentena

A CCJ também rejeitou destaque de Marcelo Crivella (PL-RJ) que excluiria juízes aposentados compulsoriamente aos 70 anos da quarentena de três anos necessários para que possa advogar no juízo ou tribunal em que encerrou a carreira. Crivella disse que a medida prevista no relatório impedirá profissionais competentes de continuar a trabalhar. Mercadante foi contra a proposta de Crivella, alegando que, sem o impedimento, o profissional não poderá advogar com a isenção necessária.

#### Recursos especiais ao STJ

Ao acompanhar os argumentos do relator, os senadores da comissão decidiram manter o dispositivo da PEC que envia à regulamentação para lei ordinária dos critérios para

admissibilidade de recursos especiais pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). “A regulamentação em lei é importante para evitar a litigância de má-fé e o congestionamento do STJ. Os critérios devem impor a seriedade recursal e evitar o adiamento do julgamento pelo uso criticável do dispositivo”, argumentou José Jorge.

Demostenes afirmou que o dispositivo é alheio ao ordenamento jurídico, já que as hipóteses de admissibilidade do recurso especial já estão previstas na Constituição. Garibaldi, Valadares e Romero Jucá (PMDB-RR) acompanharam o raciocínio de Demostenes.

#### Remoção e permuta de magistrados

A CCJ rejeitou outro destaque de Demostenes que visava retirar do texto da reforma do Judiciário os critérios relativos à remoção e permuta de magistrados. O senador disse concordar com a idéia do relator sobre o assunto, mas explicou que sua intenção era apenas suprimir esse dispositivo por considerar que o assunto deve ser tratado em lei ordinária. O líder do governo ressaltou que a questão poderá ser mais bem discutida quando for criado o

Conselho Nacional de Justiça.

#### Quórum para remoção e aposentadoria de juízes

A Comissão de Justiça manteve também dispositivo do texto da Câmara que estabelece o quórum de maioria absoluta para aprovação de atos de remoção, disponibilidade ou aposentadoria de juízes por interesse público pelos respectivos tribunais ou pelo futuro Conselho Nacional de Justiça, assegurando a ampla defesa.

Alvaro Dias havia destacado o texto por acreditar que o quórum de dois terços seria mais adequado como forma de se tratar de decisão grave, que atinge a inamovibilidade do magistrado e até mesmo o fim de suas atividades. “É uma garantia contra razões casuísticas, para proteger, por exemplo, magistrados que tenham contrariado interesses poderosos em suas comarcas”, argumentou.

Marcelo Crivella e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defenderam o parecer do relator José Jorge, pois acreditam que um quórum qualificado iria dificultar a punição de juízes corruptos.

#### Propostas orçamentárias

Os senadores rejeitaram ainda

destaque de Demostenes Torres propondo que os ajustes para adequação das propostas de Orçamento encaminhadas pelo Judiciário fossem feitos pelo Legislativo e não pelo Executivo, como estabeleceu o relator.

Mercadante argumentou que a responsabilidade por esses ajustes cabe, necessariamente, ao Executivo no caso de desacordo das propostas com os limites estabelecidos pela Constituição, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isso porque a Constituição determina que o governo é responsável pelo encaminhamento da proposta orçamentária ao Congresso.

Valadares e Crivella acompanharam o voto de Mercadante por considerar que o procedimento não fere a autonomia do Judiciário, uma vez que, nessa fase, o Orçamento seria apenas uma proposta. O relator lembrou que, no processo de discussão do Orçamento, o Legislativo dá a última palavra.

Enquanto Pedro Simon se manifestou favorável ao destaque de Demostenes, Antonio Carlos Magalhães disse que a discussão seria desnecessária caso o Orçamento já fosse impositivo.



**IMPEDIMENTO** CCJ mantém quarentena para juiz aposentado poder advogar no foro em que atuava

## Classe média está cansada de arrocho, diz Jefferson

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) previu que a classe média não suportará por muito tempo “ser sangrada em seu dinheiro, em suas energias e nas suas esperanças, por um governo sem projeto, sem horizontes, sem rumo, cuja finalidade parece esgotar-se na conservação do próprio poder”. Jefferson comentou estudo realizado pela consultoria Ernst & Young, relatando o arrocho tributário vivido pela classe média brasileira ao longo da última década.

Ao analisar a evolução da renda e do imposto cobrado de quatro hipotéticas famílias brasileiras situadas no estrato intermediário da sociedade, a consultoria constatou que a mordida do Leão experimentou uma escalada ano a ano sem precedentes, provocada, segundo o senador do Amazonas, pela não-correção da tabela do Imposto de Renda.

– Em 1997, quem ganhava R\$ 36 mil por ano e tinha três dependentes ainda tinha direito a uma restituição do IR de R\$ 720, após as deduções com saúde e educação. Hoje, em razão do longo congelamento da tabela, esse mesmo contribuinte deve desembolsar R\$ 640 de imposto, fora o que já ficou retido na fonte – disse Jefferson Péres.

O senador afirmou que as agruras da classe média se agravaram no atual governo, “graças ao novo congelamento da tabela, à extensão da cobrança do ISS [Imposto sobre Serviços] a uma ampla gama de setores e ao aumento de mais de 150% da Cofins” [Contribuição para Financiamento da Seguridade Social].

Para Jefferson, a reforma tributária resume-se a uma disputa entre os governos federal,



**MORDIDA** Jefferson adverte que Imposto de Renda experimenta escalada sem precedentes

estaduais e municipais para quem fica com a maior parte dos impostos, sem levar em consideração os interesses de empresas e trabalhadores.

– A classe média começou a despertar indignada para a destinação que o governo Lula está dando a seu suado dinheiro – alertou o senador, referindo-se, entre outras medidas, à ampliação dos beneficiários do Bolsa-Família, por causa do “foco exclusivo na distribuição de esmolas como eixo de sua política pública, sem a devida atenção à genuína prioridade de promover o crescimento econômico sustentado”.

### Concurso

Jefferson Péres questionou a Mesa diretora, em discurso pronunciado terça-feira, acerca de ato administrativo que transformou cargos do Senado, a fim de que fossem aproveitados candidatos aprovados no último concurso para consultor legislativo da Casa. O senador salientou que a medida deveria ser submetida ao Plenário. Ele questionou, ainda, a decisão da Mesa de convocar os classificados pela ordem geral de classificação e não pelas áreas definidas no edital.

– E isso me parece irregular. Não estou insinuando nada contra a Mesa, não estou levantando suspeitas, mas, como todos os atos das instituições públicas devem ter absoluta transparência, levo o assunto à consideração da Mesa – frisou.

# ACM cobra do governo o fim das medidas provisórias

■ Adoção do orçamento impositivo também ajudará a reduzir tensões entre Poderes, afirma senador

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) propôs da tribuna que o governo tome a iniciativa de acabar com as medidas provisórias (MPs), substituindo-as por projetos de lei, para discussão e votação no Congresso. Ele lembrou que, à época em que presidiu o Senado, conseguiu colocar em votação uma emenda constitucional que limitou o uso de MPs (2001), mas o governo continua a legislar basicamente com elas, que têm o poder de paralisar as votações do Congresso após 45 dias de vigência.

A adoção do orçamento impositivo, ou seja, de cumprimento obrigatório, é outro



**CORTES** Segundo ACM, governo pode encontrar outros caminhos para combater inflação

ponto que, na opinião de Antonio Carlos, irá ajudar no desenvolvimento do país e a diminuir as tensões entre o Executivo e o Legislativo. Citou que o orçamento meramente autorizativo, como agora, permite “absurdos” como o divulgado pelo jornal *O Globo* do último

domingo – até agora, o governo liberou apenas 0,4% dos R\$ 11,7 bilhões de investimentos previstos para este ano.

Autor de projeto que torna o orçamento impositivo, o senador sustentou que, enquanto os governos puderem contingenciar recursos “ao arrepio da vontade do Congresso”, os brasileiros não terão garantia de investimentos importantes para a volta do crescimento econômico.

Antonio Carlos disse que os economistas do governo podem encontrar outros caminhos para combater a inflação, além dos cortes orçamentários, que só vêm impedindo a retomada do crescimento. E os cortes ocorrem ao mesmo tempo em que são mantidos os juros altos para combater a inflação, ressaltou o senador.

Em aparte, César Borges (PFL-BA) apoiou o pronunciamento de Antonio Carlos.

## Tebet rebate críticas de Marta Suplicy

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) contestou críticas da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), à morosidade do Senado em aprovar autorização de empréstimo de US\$ 100 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a prefeitura paulistana. Segundo ele, é a “enxurrada” de medidas provisórias editadas pelo governo federal que tranca a pauta de votações e impede o exame do empréstimo pelo Plenário.

– A prefeita disse que “o Senado está enrolando para aprovar”. Essa expressão não é adequada para definir relações entre órgãos públicos. Além disso, não é verdade. Se o Senado ainda não aprovou a matéria, é



**CAUSA** Ramez Tebet destaca que excesso de MPs dificulta votações no Congresso

pelo fato de haver 16 medidas provisórias trancando a pauta no atual momento – observou o senador.

Na opinião de Tebet, a prefei-

ta de São Paulo deveria dirigir suas queixas ao governo federal, o único a deter a competência de editar medidas provisórias, que têm preferência regimental de votação.

O senador destacou que “seria ótimo” que a prefeita, ao se queixar ao governo do PT, conseguisse uma trégua na emissão de MPs, permitindo que as matérias comecem a tramitar normalmente.

Para Tebet, ninguém agüenta mais tantas MPs: os prefeitos estão impacientes, os congressistas estão saturados e os ministros também, porque as medidas que lhes interessam têm sua tramitação adiada.

– O Congresso está sufocado com tanta MP – disse.

## Venda da Embratel será debatida na CFC

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vai realizar, na próxima terça-feira, a partir das 10h, audiência pública com representantes de órgãos do governo para discutir a possível venda da Embratel ao grupo mexicano Telmex, que controla a rede de telefonia celular Claro no país. O autor do requerimento é o próprio presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que disse ser necessário debater o iminente processo de venda da Embratel, que

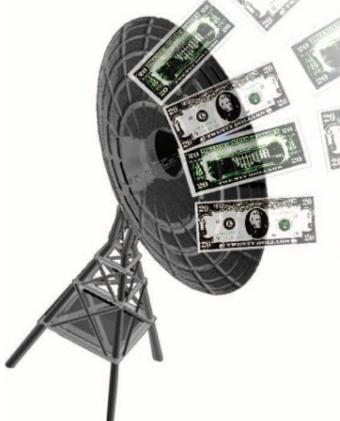
emprega aproximadamente 15 mil trabalhadores diretos e indiretos.

Deverão comparecer à audiência pública representantes das teles, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República; e da Secretaria de Direito Econômico.

A CFC aprovou mais dois requerimentos de Ideli Salvatti (PT-SC). O primeiro propõe audiência para informar sobre as investigações relativas ao assassinato de fiscais do Ministério do Trabalho. O segundo convida representantes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e da Controladoria Geral da União (CGU) para informarem sobre irregularidades detectadas no fundo.



**IMPORTÂNCIA** Suassuna lembra que Embratel é responsável por 15 mil empregos



Roosevelt Pinheiro



**EXPLICAÇÃO** Eduardo Siqueira Campos cobrou retratação do presidente do BNDDES

## Eduardo repudia declaração de Carlos Lessa sobre FHC

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) repudiou “veementemente” afirmação atribuída ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDDES), Carlos Lessa, de que o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso é um “vendilhão da pátria”. O parlamentar exigiu uma retratação. A afirmação teria sido feita na terça-feira, em aula inaugural do curso de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Eduardo disse que estava articulando uma visita de Lessa ao Tocantins, para um encontro com a bancada federal, o governador e prefeitos, mas resolveu cancelar o evento após ler as declarações do presidente do BNDDES no jornal *O Estado de S. Paulo*. Ele lembrou que Fernando Henrique sempre pediu aos parlamentares do PSDB que, na medida do possível, ajudassem a manter a governabilidade.

– Não vou ao Tocantins em companhia de alguém que trata o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso dessa forma. A visita está cancelada e, se o presidente do BNDDES não fizer uma retratação, não der uma explicação sobre essas palavras irresponsáveis e inaceitáveis, minha posição [em relação ao governo] aqui no Senado vai sofrer uma profunda revisão – alertou.

Em aparte, Roberto Saturnino (PT-RJ) pediu a Eduardo que procurasse confirmar com Lessa as afirmações divulgadas pela imprensa. Ney Suassuna (PMDB-PB) revelou que, quando foi convidado para a vice-liderança do governo, comunicou o fato ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que lhe disse: “Então, ajude”.

# Dirigentes de redes de TV divergem sobre forma de auxílio pelo BNDDES

■ Vice-presidente do banco estatal promete enviar à Comissão de Educação proposta que se acha em estudo

O vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDDES), Darc Costa, comprometeu-se ontem a enviar à Comissão de Educação (CE) do Senado a proposta atualmente em estudo na instituição para financiamento das empresas do setor de comunicação social. Assim que chegar ao Senado, anunciou o presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), o texto será distribuído a todos os integrantes da comissão.

As principais redes de televi-

são do país não estão de acordo em relação à forma como deve ser feito o auxílio do BNDDES ao setor, como observou Osmar Dias, durante audiência pública em que foi discutida a questão. A principal divergência se refere à possibilidade de o banco abrir linhas de crédito para reestruturação de dívidas. A proposta foi duramente criticada pelos presidentes do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Luiz Sandoval, e da Rede Record, Dennis Munhoz, além do vice-presidente da RedeTV, Marcelo Fragali.

Darc Costa admitiu que o BNDDES está analisando a reestruturação de dívidas, mas advertiu que, nesse caso, as operações teriam custos mais elevados do que as destinadas a

novos investimentos. Ele disse que o programa de apoio ao setor, que definiu como “fortemente estratégico”, incluirá o financiamento da modernização tecnológica e o fortalecimento da indústria de papel.

### TV digital

Os dirigentes do SBT, da Record e da RedeTV disseram que concordam com o financiamento de novos investimentos, até mesmo porque se aproxima a definição do modelo brasileiro de televisão digital, mas não aceitam o uso de dinheiro público para o equacionamento de dívidas antigas.

Já o presidente da Rede Bandeirantes, João Carlos Saad, disse que as empresas que venham a ser beneficiadas com financiamentos deveriam decidir se utilizam os recursos para

pagamento de dívida ou para investimentos.

Evandro Guimarães, vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo – proprietária da Globocabo –, informou que sua empresa havia sido “muito provocada” pelos demais convidados à audiência. Ele garantiu que o grupo não pretende usar dinheiro público para quitar débitos.

– Não estamos absolutamente contando com dinheiro do BNDDES para pagar dívidas, mas sim com o conjunto de nossos recursos, talento e transpiração – afirmou, lembrando que a Globo tem promovido grandes investimentos na geração de conteúdo nacional para divulgação pelas emissoras ligadas à rede.



**AUDIÊNCIA** Debate com senadores da Comissão de Educação reuniu ontem autoridades do BNDDES e representantes de emissoras de televisão

## Manutenção de empregos preocupa senadores

A preocupação com a perda de empregos no setor de comunicação foi o principal argumento dos senadores favoráveis ao apoio financeiro a emissoras.

– O setor emprega meio milhão de brasileiros e, se não salvamos as empresas, nada poderemos fazer em relação aos profissionais – disse o senador Hélio Costa (PMDB-MG).

Essa também foi a razão apresentada pelos senadores Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Romeu Tuma (PFL-SP) para apoiar o programa do BNDDES. Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu a busca de uma nova convergência entre as redes de televisão. “O setor não pode

perder a oportunidade de se compor.”

O presidente da CE, Osmar Dias, indagou sobre as condições dos futuros financiamentos. Ele leu trecho de acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU), contendo críticas a operação realizada entre o BNDDES e a Globocabo, e questionou se as condições a serem oferecidas a empresas de mídia endividadas seriam estendidas a outros setores. O vice-presidente do banco, Darc Costa, afirmou que as linhas de financiamento em estudo destinam-se especificamente à área de comunicação.

Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou que o BNDDES foi cria-

do para financiar o “projeto nacional de desenvolvimento” e que tem que dar prioridade a setores estratégicos, como o da comunicação.

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a integração ao programa de medidas de apoio à divulgação de filmes nacionais. Magno Malta (PL-ES) criticou a divulgação de “cenas quase explícitas de sexo” e cobrou a adoção de exigências sobre a qualidade da programação.

Cristovam Buarque (PT-DF) disse que as empresas teriam de se comprometer com metas de promoção da cultura nacional e de “envolvimento com a educação”. O gerente do Departamento de Telecomunicações do

BNDDES, Alan Fischler, afirmou que existem foros mais apropriados do que o banco para se debater a questão do conteúdo das redes de televisão.

À tarde, em Plenário, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), informou que “os escassos recursos da sociedade brasileira” não poderiam ser usados para arcar com prejuízos gerados “pela prática deletéria do monopólio e pela má gestão”. Ele lembrou que a medida não seria justa inclusive porque, no passado, empresas de comunicação faliram e não tiveram apoio do BNDDES, acrescentando que trabalhadores da extinta Manchete ainda não receberam direitos trabalhistas.

Célio Azevedo

Célio Azevedo



**DEBATE** José Francisco Leigo (D), do Detran de SP, ao lado do senador Romeu Tuma e do deputado Takayama, na CPI do Desmanche

## Diretor de Detran defende aviso sobre carro recuperado

O diretor do Departamento de Trânsito (Detran) de São Paulo, José Francisco Leigo, defendeu na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Desmanche a portaria obrigando que constem as palavras “salvados” ou “recuperados” na documentação de veículos que sofreram danos, fruto de acidente, e que foram colocados a venda depois de consertados. Somente assim, observou, o consumidor poderá saber a real situação do veículo que estiver adquirindo.

Leigo informou que a portaria chegou a entrar em vigor em São Paulo, mas, por força de liminar, foi suspensa. A Justiça entendeu que o Detran paulista não tinha competência para legislar sobre a matéria, de âmbito federal. Com a liminar, informou, foi determinada a retirada das palavras “salvados” e

“recuperados” da documentação dos veículos.

Conforme Leigo, a iniciativa do Detran paulista chegou a ser adotada por outras cidades.

O presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PFL-SP), defendeu mais poder para os Detrans, para que os departamentos de trânsito passem a combater com maior rigor fraudes e desmanches de veículos.

Em resposta ao relator da comissão, deputado Takayama (PMDB-PR), Leigo informou que os departamentos de trânsito não são avisados da realização de leilões envolvendo veículos que sofreram danos, o que considera grave. Ele entendeu que os Detrans têm de fiscalizar os leilões para detectar possíveis irregularidades.

Está prevista para 6 de abril a realização, pela CPI, de diligências no estado de São Paulo.

## Pavan lamenta morte de vereador de Balneário Camboriú

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) solicitou a inserção em ata de voto de pesar e o envio de condolências à família pelo falecimento do coordenador regional do PSDB e presidente da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú (SC), Antônio Manoel Soares Santa, morto em consequência de ataque fulminante do coração, quando despachava em seu gabinete.

– Quero dizer a todo o Brasil que na segunda-feira Santa Catarina perdeu um dos seus políticos mais promissores, e eu, um grande correligionário e amigo. A morte prematura, aos 49 anos de idade, de Antônio Manoel Soares Santa é uma grande perda para mim, para Balneário Camboriú e para Santa Catarina. Ele morreu trabalhando, morreu presidindo, morreu em seu gabinete. Essa era uma das marcas pessoais de Santa, o trabalho.

Segundo Pavan, Santa era forte candidato a cargo do Executivo nas próximas eleições.

## Voto de pesar por ex-vice-governador de Mato Grosso

O Senado aprovou na última segunda-feira, dia 22, requerimento de pesar, de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), pela morte do ex-vice-governador do antigo estado de Mato Grosso Cássio Leite de Barros, membro de tradicional família de Corumbá (MS).

O senador destacou como qualidades de Cássio “o seu notável espírito público, a extraordinária honestidade e sua quase inesgotável capacidade de trabalho”.

Tebet também ressaltou a participação de Cássio Leite de Barros na condução do difícil processo de divisão de Mato Grosso e de criação do estado de Mato Grosso do Sul. O senador lembrou que Cássio “demonstrou grande talento político na administração das tensões inerentes ao processo de separação”.

Cássio era pecuarista, jornalista e advogado – “um pantaneiro apaixonado”, segundo Tebet. “Teremos sempre como exemplo a sua vida produtiva e generosa.”

# CPI quer rigor no combate à violência contra crianças

■ Comissão recebeu ontem propostas para fechar brechas na lei que dificultam a punição de culpados

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes recebeu ontem as contribuições que o grupo de trabalho, criado no âmbito da Comissão Intersetorial de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes do Ministério da Justiça, formulou nos últimos seis meses para fechar as brechas legais que dificultam o combate a esses crimes.

A responsável pelo relatório, Eliane Araque, subprocurado-

ra-geral do trabalho, destacou entre as mudanças propostas a supressão da ação penal privada nos casos de violação sexual. “Ela será sempre pública e incondicional quando for menor de 18 anos”, informou.

Eliane Araque explicou que, com a alteração, qualquer pessoa pode denunciar casos de violência contra crianças e adolescentes, e não apenas os pais.

As propostas prevêem o agravamento de penas, tipificam crimes de violação sexual, incluindo estupro e atentado violento ao pudor, retiram as qualificações classificadas como discriminatórias contra a mulher, incluem as vítimas masculinas nos crimes de tráfico humano e diferenciam o tráfico interna-

cional de pessoas do realizado internamente pelas redes locais de prostituição.

A promotora da Vara da Infância e da Juventude Patrícia Calmon Rangel e a defensora pública baiana Hélia Barbosa querem que a legislação caracterize o usuário da prostituição infanto-juvenil. Hélia pediu que a legislação tipifique o turismo sexual como crime punido pelo Código Penal. A secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas, também participou da audiência.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), que preside a CPI, explicou que as proposições ainda estão sendo amadurecidas e que a antecipação permitiu que os parlamentares tomassem conhecimento do relatório preliminar.



**DISCUSSÃO** Patrícia Saboya (C) participa de debate com as autoras das propostas de mudanças na lei

## Mudança deve punir tráfico de homens

O Ministério da Justiça deve enviar à comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes proposta de projeto de lei para alterar o Código Penal. O objetivo é ampliar o capítulo que trata do tráfico exclusivo de mulheres para abranger os casos em que as vítimas são do sexo masculino. A informação foi anunciada ontem pela secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas, na audiência pública da CPI.

A proposta do ministério consta também do relatório preliminar do grupo interministerial, formado por seis ministérios e três secretarias de

governo, que vem trabalhando desde outubro do ano passado para propor mudanças legais que permitam melhorar as investigações dos casos, desbaratar redes de tráfico e punir culpados pela exploração sexual e violência infanto-juvenil.

A senadora Patrícia Saboya disse que as contribuições serão incorporadas ao relatório da CPI, a ser apresentado pela deputada Maria do Rosário (PT-RS) em 18 de maio, Dia Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Cláudia Chagas anunciou ainda que entregará a coordenação geral do grupo interministerial à Secretaria Especial

dos Direitos Humanos, comandada por Nilmário Miranda. Ela explicou que o ministério está desenvolvendo, com ajuda da Organização das Nações Unidas (ONU), programa de combate ao tráfico de seres humanos, que envolve a capacitação de agentes públicos para o atendimento especializado nesses casos.

Segundo a secretária, o ministério está inaugurando escritórios nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Goiás, que possuem rotas de tráfico humano conhecidas, para, com a ajuda de parceiros locais, detectar as maneiras como agem as redes de prostituição.

José Cruz



Roosevelt Pinheiro

## Crivella denuncia caos na saúde pública do Rio

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) denunciou ontem a situação caótica em que se encontra a saúde pública no Rio de Janeiro. Ele afirmou que o setor, no Rio de Janeiro, "está na UTI", embora o estado receba R\$ 110 milhões de verbas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Crivella disse que "é preciso que esses recursos sejam muito mal administrados" para que o estado tenha hoje "uma legião de diabéticos mutilados". Ele ressaltou que

10% da população do estado é formada por pessoas diabéticas, que não têm tratamento na rede municipal, a não ser o de emergência, que consiste na amputação.

O senador relatou que, segundo informações do Sindicato dos Médicos, no Hospital Cardoso Fontes, em Jacarepaguá, uma médica plantonista teve que realizar procedimento cirúrgico sem roupa esterilizada. No Hospital Antônio Pedro, em Niterói, que visitou, Crivella observou ter encontrado elevado-

res fora de uso por falta de peças de reposição e enfermarias com infiltrações causadas por vazamentos da rede de esgoto.

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) defendeu uma política de saúde pública barata e simples, com o funcionamento de postos de saúde 24 horas por dia.

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) afirmou que é preciso disponibilizar também para a população pobre o atendimento de alta tecnologia.

**MÁ ADMINISTRAÇÃO** Crivella afirma que diabéticos estão sem tratamento no estado



Moreira Mariz

**INTERFERÊNCIA** Ideli: votação é importante para liberar exportações em Paranaguá

# Papaléo alerta para o perigo de lixões próximos aos aeroportos

O problema, destaca o senador, é que o lixo atrai as aves, que ameaçam segurança dos vôos

Roosevelt Pinheiro



**ADVERTÊNCIA** Papaléo: "53 milhões de quilos de lixo são lançados por dia a céu aberto"

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) alertou ontem em Plenário para o perigo representado pela instalação de lixões nas proximidades de aeroportos. Ele apontou o crescimento das ocorrências de acidentes aéreos provocados por aves. Papaléo informou que, na década de 90, a média de colisões de pássaros com aviões chegou a 150 por ano. A partir de 2000, acrescentou, esse número ultrapassou 300 por ano, em todo o país.

O senador destacou que o Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (SP), é o campeão

desse tipo de acidente. Em segundo e terceiro lugares estão os aeroportos Tom Jobim, no Rio de Janeiro (RJ), e Juscelino Kubitschek, em Brasília (DF).

– De acordo com especialistas, o choque de um avião a

uma velocidade de 300 quilômetros por hora, com uma ave de apenas um quilo e meio, por exemplo, é capaz de provocar impacto que varia de seis a oito toneladas em uma aeronave – explicou o parlamentar.

Ele tratou a questão do lixo como um dos principais problemas que precisam ser resolvidos pelas prefeituras. O senador observou também que cerca de 76% dos 70 milhões de quilos de lixo doméstico produzidos por dia no Brasil são lançados a céu aberto. E que apenas 13% do lixo depositado em lixões são controlados. Destes, somente 0,9% vão para aterros sanitários e um percentual de 0,1% passa por processo de incineração.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que, no primeiro livro publicado no Bra-

sil sobre higiene, o autor Afrânio Peixoto afirmava que a saúde pública no Brasil era "tratada pelo sol, pela chuva e pelos urubus".

Para o senador Duciomar Costa (PTB-PA), o principal problema é a falta de cuidado. Na avaliação da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), o problema do lixo extrapola a responsabilidade do gestor municipal. Ela acredita que a função dos prefeitos é mobilizar a sociedade por meio de programas de educação.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lamentou que ainda exista uma quantidade imensa de brasileiros que procuram os lixões para saciar a fome. Outro que lamentou a situação das pessoas que vivem nos lixões em busca da sobrevivência foi Romeu Tuma (PFL-SP).



Moreira Mariz

**RESPONSABILIDADE** Apenas 32% dos vasilhames são reciclados, informa Duciomar

## Duciomar propõe que fábrica de garrafa PET recolha e recicle produto após o uso

Preocupado com os efeitos sobre o meio ambiente do lixo composto de vasilhames plásticos, o senador Duciomar Costa (PTB-PA) sugeriu que os fabricantes das chamadas garrafas PET sejam obrigados a recolhê-las após o uso, da mesma forma como se fazia antigamente com as garrafas de vidro de leite e de refrigerantes. Ele pediu ao Ministério do Meio Ambiente que elabore proposta nesse sentido.

– O que não podemos deixar é que empresas tenham grandes lucros ao custo de grandes prejuízos para a sociedade – sustentou Duciomar.

Segundo o senador, apenas 32% das garrafas PET são recicladas. O primeiro culpado por isso, disse, é o próprio governo federal, que mantém alíquota de 15% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o plástico reciclado, enquanto para o plás-

tico virgem vale a alíquota de 10%.

Por outro lado, afirmou, os municípios também têm sua parcela de responsabilidade, uma vez que apenas cerca de 200 cidades têm coleta seletiva de lixo.

Os fabricantes das garrafas PET são apontados por Duciomar como os maiores culpados, uma vez que os vasilhames formam – na definição de reportagem do *Jornal do Brasil*

citada pelo senador – "tapetes na superfície de rios, canais e lagoas, entopem bueiros e pontes e causam enchentes e alagamentos".

## Ideli pede urgência para projeto de biossegurança

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), pediu ontem a interferência da Presidência do Senado para que o projeto de lei que trata da biossegurança (PLC 9/04) tramite rapidamente pelas comissões e possa ser votado logo pelo Plenário da Casa. A sugestão da parlamentar catarinense é que os presidentes das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Econômicos (CAE); e de Assuntos Sociais (CAS) entrem em acordo, já que é preciso uma definição urgente sobre a liberação dos produtos transgênicos. A senadora referiu-se à situação caótica do Porto de Paranaguá (PR), cujas operações estão lentas em face da fiscalização sobre o embarque de transgênicos. Ela frisou que o assunto merece tratamento de urgência diante da necessidade de serem realizadas audiências públicas sobre o assunto. O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), na presidência da Mesa, disse que, como a pauta do Plenário está sendo liberada, poderá ser votado requerimento do senador Osmar Dias (PDT-PR) pedindo para que a matéria tramite também pela Comissão de Educação (CE). Segundo Eduardo, embora o acordo sugerido seja de responsabilidade dos presidentes das comissões, a Presidência fará gestões para que seja celebrado.